

PERSPECTIVAS POLÍTICAS PARA O LÍBANO: A CONJUNTURA DA CRISE NO ORIENTE MÉDIO

Marcio Magno de Farias Franco e Silva¹
Jansen Coli Calil N. A. de Oliveira²

RESUMO

A República do Líbano possui como característica a sua configuração multireligiosa, étnica e cultural. Notabiliza-se por ser um país instável politicamente e servir de campo de batalha para diferentes povos. Assim, este artigo propõe-se a apresentar a evolução conjuntural histórica do Líbano, demonstrando a importância do confessionalismo como catalizador da sociedade libanesa, suas implicações no singular sistema de poder político; a dimensão internacional da política interna libanesa, o precário imbricamento social; os desafios conquistados pela UNIFIL e apresentar uma perspectiva para o futuro próximo do país, em razão da recente reformulação da lei eleitoral e da constante possibilidade de um amplo conflito no Oriente Médio.

Palavras-chave: Líbano; Confessionalismo; Oriente Médio; Unifil.

¹ Almirante, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. egn.spp@marinha.mil.br

² Primeiro-Tenente (RM2-T), Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. jansen.oliveira@marinha.mil.br

INTRODUÇÃO

A República do Líbano historicamente tem atraído a atenção internacional por ser o país árabe aberto aos costumes contemporâneos. Singular pela configuração multireligiosa, étnica e cultural, sua fama é desproporcional à sua área e à sua importância. Normalmente, essa atenção advém de momentos episódicos provocados por crises tendentes a desaparecer quase tão rapidamente quanto surgem. Entretanto, as causas subjacentes a estes momentos críticos jamais desapareceram.

Não surpreende que o realismo da análise dessas crises deixa transparecer uma avaliação mais ou menos aceitável para o futuro do Estado libanês, qual seja, o da imprevisibilidade e da indefinição. Os avanços mais recentes obtidos com a aprovação da última lei eleitoral, as perspectivas de desenvolvimento econômico advindos da promissora possibilidade de exploração de reservas energéticas na fronteira marítima sul do Líbano e a revisão estratégica na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), em 2017, são aspectos que figuram na análise que se tece ao longo do texto.

Com base nessa perspectiva, este artigo propõe-se a apresentar a evolução conjuntural histórica do Líbano, procurando elucidar o papel do confessionalismo como elemento estruturante da sociedade libanesa e as suas implicações como sistema de divisão de poder político; a dimensão internacional da política interna libanesa, cujo desenvolvimento e estabilidade estão condicionados à atuação dos pares regionais; os desafios de segurança com que se depara a UNIFIL; e como desdobramento deste último, as implicações para a atuação brasileira na Força Tarefa Marítima da UNIFIL.

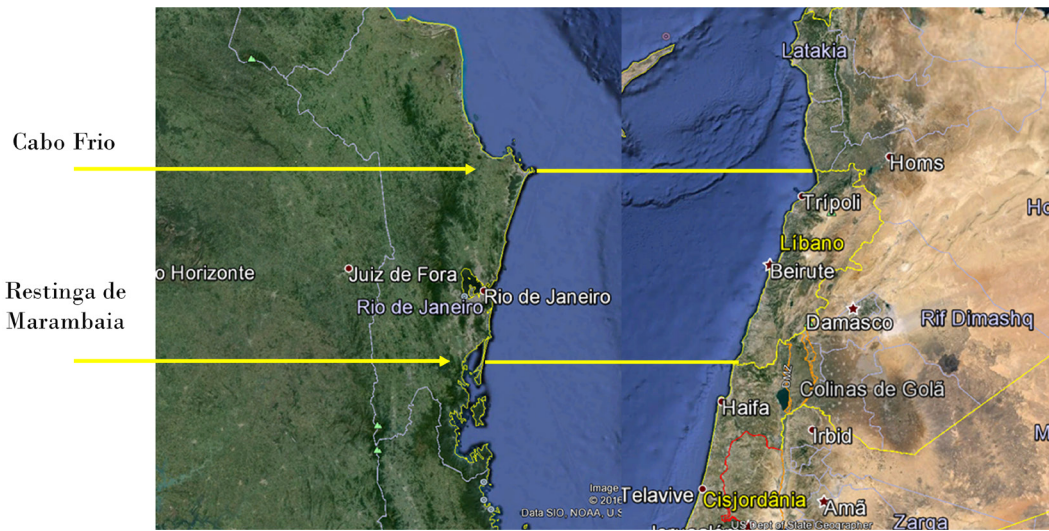
Parte dos dados usados neste trabalho foi extraída de colóquios e de seminários realizados sob a égide do non-attribution policy. Desta forma, algumas informações não são referenciadas, assumindo-se como opinião dos autores.

A GEOGRAFIA E A GEOPOLÍTICA DO LÍBANO: A POSIÇÃO ESTRATÉGICA DO SUL

O Líbano é um Estado com uma área restrita, considerando-se os padrões do território brasileiro. São cerca de 10.500Km², sendo em média 220Km de comprimento por 55Km de largura. O seu litoral é de apenas 210 km, o equivalente à parte do litoral do estado do Rio de Janeiro, da Ponta da Ilha do Cabo Frio até o final da Restinga da Marambaia (figura 1). Tem

como grande atração geográfica o Monte Líbano, cujo pico culminante possui pouco mais de 3.000 metros de altura. No inverno, acumula neve, sendo o grande coletor de água da região que desagua no fértil vale do Bekaa e no rio Litani. Suas encostas são habitadas por uma vegetação natural diversificada, tendo como destaque a árvore símbolo do país - o Cedro do Líbano -, hoje mais rara e encontrada apenas em áreas protegidas. A montanha desce para o Oeste até o mar Mediterrâneo, em uma geografia terrestre adequada para a construção de portos como Tiro, Sidon e Beirute, capazes de receber navios de grande calado. O clima típico é o mediterrâneo, com invernos frios e úmidos, e verões quentes e secos.

Figura 1



Fonte: Apresentação na Escola de Guerra Naval, 2017.

Dentro da perspectiva geopolítica, o território libanês é considerado estratégico para os Estados circunvizinhos e “potências internacionais”. Regionalmente, o país opõe dois Estados, ao fazer fronteira com a Síria ao norte e a leste, e com Israel ao Sul (figura 2). Internacionalmente, como coloca Hirst (2010), “O Líbano aparentemente estava quase fadado a ser o eterno campo de batalha de conflitos políticos, estratégicos e ideológicos de outros conflitos que, por vezes,

se transformam em guerras por procuração”³ (tradução nossa).

Figura 2



Fonte: <https://www.britannica.com/place/Lebanon>

Conforme avaliação de Kneissl (2009), a região ao sul do rio Litani em território libanês (figura 3), que tem as cidades de Tiro e Naqoura como principais, tornou-se uma “buffer-zone” militar, e a principal razão pela qual esta área geográfica tornou-se conflagrada foi o vácuo de poder, social e político, gerado por décadas de negligência das autoridades libanesas centrais. Beirute frequentemente ignorou a região economicamente menos favorecida do sul, talvez pela proximidade do Estado judeu, em constante estado de beligerância com muçulmanos daquela região. Mais recentemente, esta situação de descaso

³ *Lebanon, it seems, was almost to be the everlasting battleground for other's political, strategic and ideological conflicts, conflicts which sometimes escalate into proxy wars”.*

regional abriu margem para que o Hisbolá⁴ progredisse com ações sociais em áreas largadas pelo governo central. O vácuo de segurança interna, o qual a UNIFIL tem procurado preencher, permanece ativo e coloca-se como um problema considerado central para a diversificada população local.

Duas outras áreas do sul libanês geopoliticamente sensíveis, que conformam o mosaico de disputas, são as Shab'a Farms e Ghajar. A primeira é uma área agrícola pouco habitada e que não apresenta limites geográficos bem definidos, tampouco reconhecidos pelas partes. A segunda - Ghajar -, é uma vila de população síria muçulmana alauita, cuja parte nordeste está sob a ocupação militar de Israel, apesar de várias propostas feitas pela UNIFIL para a retirada dessas tropas. O que a torna importante é o fato de que a *Blue Line*, linha divisória negociada e estabelecida pela ONU para acompanhar e confirmar a saída das tropas israelenses do território libanês em 2000, a atravessa.

Figura 3 – Sul do Rio Litani



Fonte: <http://geology.com/world/lebanon-satellite-image.shtml>

⁴ Organização paramilitar, de orientação muçulmana xiita, também destaca-se como partido político no Líbano, ocupando-se em prover e administrar serviços públicos, ações sociais, instituições escolares e hospitalares, além de se responsabilizar também pelas atividades agrícolas, e ainda mais grave, as de defesa do país.

PRECEDENTES HISTÓRICOS: CRIAÇÃO DO ESTADO LIBANÊS E OS FUNDAMENTOS DO SISTEMA POLÍTICO CONFESSIONAL

O Estado libanês, como hoje o conhecemos, surgiu dos despojos da Primeira Guerra Mundial, quando o Império Turco-Otomano desintegrou-se. O Líbano tornou-se parte da nova ordem do Oriente Médio, um novo jugo colonial imposto aos Estados árabes pelas principais potências coloniais da época - o Reino Unido e a França -, por meio do Acordo Sykes-Picot⁵ de 16 de maio de 1916, e que colocou a Síria e o Líbano sob administração francesa. À égide do Acordo, a França podia instituir qualquer tipo de administração, direta ou indireta, sobre os territórios e essa possibilidade resultou na criação do “Grande Líbano”, com suas atuais dimensões definidas em 1920, por meio da anexação das cidades costeiras de Beirute, Tiro, Sidon e Trípoli, bem como o Vale do Bekaa no interior.

À época, a investida colonial francesa contou com o forte apoio político da comunidade cristã maronita no país, então maioria, porém os muçulmanos libaneses e o Estado sírio se opuseram intensamente àquela nova configuração territorial e exigiram que a área libanesa permanecesse sob controle sírio. A comunidade maronita e os políticos franceses discordaram, afirmando que os novos limites do “Grande Líbano” formavam as fronteiras naturais do país. Esse impasse desencadeou um processo de confrontos, instabilidade política e convulsões sociais até o início da década de 1940 (CJPME, 2007).

A civilização colonial europeia (francesa), diversificada, independente culturalmente, incrustada no coração do mundo árabe, não tardou a sofrer forte oposição de tradicionais grupos religiosos libaneses subjugados e apoiados pela Síria. Entretanto, o interesse populacional comum em eliminar o domínio político estrangeiro na região possibilitou a primeira experiência conciliatória de divisão de poder entre as principais

⁵ O Acordo Sykes-Picot foi um acordo negociado secretamente entre o Reino Unido e a França, que estabeleceu a repartição antecipada do espólio do Império Otomano no Oriente Médio. Este acordo contemplava os interesses das potências coloniais, especialmente com relação ao Canal de Suez e os campos de petróleo. Este acordo é visto como um ponto de inflexão entre os Estados Árabes e o Ocidente, pois os árabes sentiram-se traídos por terem sido aliados na guerra contra o Império Turco-Otomano e não foram contemplados nos seus anseios político-territoriais.

religiões cristãs e muçulmanas, em 1943, no que ficou conhecido como Pacto Nacional.

Nesse Pacto, as lideranças religiosas muçulmanas concordavam em interromper as exigências e as pressões para incorporar o Líbano como um Estado árabe “unido” à Síria, e aceitar as novas fronteiras do “Estado do Grande Líbano”, enquanto as lideranças cristãs maronitas comprometiam-se a não recorrer à França ou a outros países ocidentais em busca de apoio militar intervencionista. Esse arranjo alocou para as comunidades religiosas fortes posições políticas de forma sectarista e que, até hoje, determina e divide a população libanesa entre as 18 “comunidades religiosas” ou “confissões”⁶. E assim, ficou consagrada na Constituição a fórmula confessional política libanesa: o Presidente da República é um cristão maronita; o Primeiro-Ministro é um muçulmano sunita; e o Presidente da Assembleia Nacional, um muçulmano da comunidade xiita. Inicialmente, cristãos e muçulmanos foram representados no Parlamento numa proporção de 6:5, o que mudaria posteriormente com as alterações demográficas do país (KHATIB e GARDINER, 2015).

O confessionalismo⁷ tornou-se um fator de relevância, por ser considerado um instrumento estruturante indissociável da sociedade libanesa. É singular o mosaico de comunidades religiosas e culturais do país que apontam tanto para a persistente instabilidade da configuração política daquele Estado, quanto para a própria internacionalização do conflito. Conforme elucida Hirst (2010, p.2),

“(...) it is not simply Lebanon’s small size, sensitive location between East and West, or the special interest European powers have always taken in this largely

⁶ Em relação à diversidade religiosa, há 6 diferentes seitas muçulmanas (em volume populacional: xiitas, sunitas, drusos, ismaelitas, alauitas e nusairis) e 12 seitas cristãs diferentes (em ordem numérica: católicos maronitas, gregos ortodoxos, melquitas católicos, armênios ortodoxos, sírios católicos, armênios católicos, sírios ortodoxos, católicos romanos, caldeus, assírios, coptas e protestantes).

⁷ O confessionalismo é um sistema de governo que divide proporcionalmente o poder político entre as comunidades de um país, sejam religiosas ou étnicas, de acordo com a representação numérica na população. De acordo com Canvas (2015), embora útil para conciliar divergências, o confessionalismo mostra uma face negativa para os ideais de união nacional: a educação, a saúde e os setores assistenciais são “sectarizados”, privilegiando determinado grupo religioso. No Líbano, se o atual sistema de distribuição de poder foi consolidado no Pacto Nacional de 1943, a origem do sectarismo libanês decorre do período otomano. Naquele antigo império muçulmano, conviviam diversos povos, religiões e etnias. Os sistemas judiciário e legislativo eram separados para que cada minoria gerisse seus assuntos internos.

Christian country, which accounts for its susceptibility to outside interference. It is, above all, its unique internal composition. For as an amalgam of religious communities and their myriad sub-divisions, with a constitutional and political order to match, Lebanon is the sectarian state *par excellence*".

A fórmula confessional foi inicialmente útil para a manutenção da paz social, trazendo perspectivas promissoras de gradual desenvolvimento e estabilidade democrática para o jovem Estado, porém, paradoxalmente, ao "agregar" as dezoito comunidades religiosas, esse sistema internalizou a extensão da política do Oriente Médio nos assuntos domésticos libaneses (HARB, 2006). Desde o fim do século XIX, processa-se uma alteração significativa na população, motivada pelos cristãos que intensificaram sua emigração para a América do Sul, especialmente Brasil e Argentina, pela expansão natural da população muçulmana e pela imigração em massa de palestinos, em sua maioria de muçulmanos sunitas⁸. Aqui é importante destacar que para cada 2 ou 3 cidadãos libaneses, 1 é refugiado palestino ou sírio⁹.

É significativo, para o entendimento histórico, discorrer que o Pacto Nacional de 1943, baseado no frágil arranjo confessional, redundou na grande guerra civil de 1975-1989, caracterizada por divisões e alianças sectárias frágeis e requintes de crueldade. A guerra civil libanesa chegaria a termo com os Acordos de Taif, em 1989, que reestruturou o parlamento, elevando o número de deputados na Assembleia Nacional para 128 (novamente divididos de forma igualitária entre muçulmanos e cristãos), reduziu certos poderes políticos do Presidente da República do Líbano, transferindo-o para o Conselho de Ministros e reconheceu o Pacto Nacional, consagrando, na prática, o sistema confessional como um dos pilares de sustentação da frágil democracia libanesa.

Desde então, a abolição do sistema confessional permanece como um dos principais desafios à estabilidade política do Líbano, mas não o único. Compreender a dimensão internacional da conjuntura política

⁸ Disponível em www.icarabe.org.

⁹ Informações obtidas na palestra "Operação de Paz-UNIFIL-MTF", ministrada pelo Contra-Almirante Claudio Henrique Mello de Almeida aos oficiais-alunos do Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores da Escola de Guerra Naval, em 22 de novembro de 2017.

libanesa, uma crise com múltiplos atores que expressam interesses divergentes e conflitantes, bem como o estabelecimento da United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL) em 1978, juntamente com a ampliação do escopo de sua missão ao longo do tempo, são elementos importantes para se entender o atual sistema de poder e as perspectivas para aquele Estado.

ATORES INTERNACIONAIS NO JOGO DE PODER: INTERESSES E ATUAÇÃO

A já referida guerra civil libanesa (1975-1989) resultou de um conjunto de mazelas nas questões internas e externas, e da interação entre essas duas esferas decorrente da crescente insatisfação dos muçulmanos com a representação parlamentar, que já não refletia as mudanças demográficas do país. Refugiados palestinos e movimentos de resistência palestina, surgidos da guerra árabe-israelense¹⁰ sobretudo a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), frequentemente lançavam ataques contra Israel, a partir do sul do Líbano, com Israel respondendo militarmente às fustigações ofensivas da OLP, como consequência, produzindo baixas na população civil libanesa. Os libaneses cristãos opunham-se fortemente ao envolvimento da OLP no conflito libanês, enquanto a maioria dos muçulmanos sunitas apoiavam os movimentos de resistência palestinos, também sunitas. Um último elemento complicador, e não menos importante, foi o fato de que muitos libaneses, mormente os muçulmanos sunitas, atraídos pelas ideias difundidas pelo nacionalismo árabe, ainda acalentavam o antigo ideal de unificação do Líbano ao território da Síria (TRABOULSI, 2007).

A grande guerra civil-libanesa desenvolveu-se em quatro fases principais: a primeira, de 1975 a 1977, com enfrentamentos e massacres entre forças cristãs-maronitas e milícias muçulmanas. Foi caracterizada por uma forte intervenção síria, por solicitação do então presidente libanês

¹⁰ Também conhecida como Guerra dos Seis Dias, foi um conflito armado que opôs Israel a uma coligação de países árabes: Egito, Jordânia e Síria, apoiados por Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão. A escalada das tensões entre os países árabes e Israel, em meados de 1967, levou ambos os lados a mobilizarem suas tropas. O conflito de fato se iniciou quando a força aérea israelense lançou uma grande ofensiva contra bases da força aérea egípcia no Sinai. Israel alegou que o Egito se preparava para fazer guerra contra a sua nação judia e que o ataque era uma ação preventiva.

Suleiman Frangieh, que apoiando forças cristãs maronitas, sobrepujou as milícias mulçumanas e impôs uma débil paz até 1977.

A segunda fase, entre 1977 e 1982, caracterizou-se pela a intervenção israelense no sul do Líbano, a Operação Litani. Ataques constantes da OLP contra as populações judias do norte de Israel fizeram que este Estado ocupasse de forma rápida a maior parte da área libanesa ao sul do rio Litani. Protestos e pressões internacionais e do Conselho de Segurança da ONU, levaram Israel a retirar suas tropas em 1978, mas manteve o controle da região do rio Litani, estabelecendo uma zona de segurança, sob a vigilância e o apoio do Exército do Sul do Líbano (SLA), uma milícia formada por cristãos maronitas, então interessados em desestabilizar e expulsar a OLP.

A terceira fase, de 1982 a 1984, notabilizou-se pela invasão militar israelense por todo o território libanês e, especialmente a tomada da capital Beirute, em retaliação à continuidade dos ataques perpetrados pela OLP, com a consequente expulsão das lideranças desta organização do território libanês, no ano de 1982. A comunidade xiita, geralmente independente e marginalizada econômica e politicamente, em comparação aos sunitas e cristãos, foi revigorada pela Revolução Islâmica Iraniana de 1979 e por lideranças locais da mesma linha. Na esteira do extenso conflito, a República Islâmica do Irã estabeleceu uma base militar na área do vale do Bekaa, então controlada pela Síria, e de lá treinou, armou e financiou o grupo paramilitar xiita Hisbolá (KHATIB e GARDINER, 2015).

A quarta fase, entre 1984 e 1990, foi protagonizada pelos Acordos de Taif, firmados na Arábia Saudita, onde foram criadas as condições para a cessação das hostilidades em 1990. Os Acordos reafirmaram o sistema político confessional e ampliaram o papel da Síria nas questões internas libanesas. Na prática, as forças de Israel continuaram presentes no sul do Líbano, mantendo o controle do que os oficiais israelenses chamavam de “zona de segurança” (uma área-tampão supostamente para impedir ataques sobre o norte israelense), até a total retirada dessas tropas no ano 2000.

A Síria, que na prática controlava o restante do território libanês, não retirou suas tropas até 2006, quando foi obrigada a abandonar aquele país, após a pressão conjunta criada por manifestações populares libanesas e pela intervenção diplomática dos Estados Unidos, da França e das Nações Unidas, como consequência do assassinato do então primeiro ministro cristão maronita Rafik Hariri, no ano anterior. A própria morte

de Hariri deu nova forma à política libanesa, com o surgimento de dois novos blocos: o 8 March Alliance e o 14 March Alliance, representando respectivamente segmentos pró-Síria e anti-Síria (HUMUD, 2017, p3).

Todos esses anos de guerra civil testemunhariam mudanças de alianças internas e externas entre as partes beligerantes e o consequente aparecimento de novos atores que tornariam a questão libanesa ainda mais complexa. Nesse cenário conflagrado, a violência interna nas facções era tão comum quanto o conflito entre as facções, na medida em que líderes sectários procuravam manter o controle sobre suas comunidades. Esses grupos sectários também frequentemente mudavam suas alianças, em face das diferentes formas de intervenção da Síria, de Israel ou dos Estados Unidos.

A partir do fim da guerra civil, novos atores se apresentaram e passaram a ser importantes para os destinos do Líbano, os já conhecidos Síria, Israel, Irã, Arábia Saudita, EUA e a ex-URSS, além dos novos Hisbolá, OLP e a ONU, representada pela UNIFIL.

A CRIAÇÃO DA UNIFIL: MANDATO, EXPANSÃO E A DEFINIÇÃO DA BLUE LINE

A United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL) foi estabelecida em 1978 pelas Resoluções 425 e 426 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no contexto da invasão das forças israelenses ao território libanês para combater grupos militantes palestinos. O mandato das Resoluções determinava: 1) o acompanhamento e a confirmação da retirada das forças israelenses do sul do Líbano; 2) a restauração da paz e da segurança internacionais; e 3) auxiliar o governo do Líbano a reaver sua autoridade efetiva na área.

Desde a sua criação, a UNIFIL tem sofrido alterações no seu escopo e mandato, como resultado da evolução da conjuntura conflituosa no Líbano. O primeiro ajuste foi efetuado após a segunda investida israelense, em 1982, na chamada “Operação Paz na Galileia”, para combater novamente forças militantes palestinas muito bem treinadas e motivadas. Em 1985, Israel retirou parcialmente suas tropas, mas se manteve em extensa zona de segurança no sul do território libanês controlada pelas Forças de Defesa de Israel (IDF) e pelo SLA, e que permaneceram ativas até 2000. O CSNU reconheceu

que a UNIFIL não teria condições de executar o seu mandato sob a égide das Resoluções 425/426 e adotou a Resolução 511, permitindo que as tropas alocadas para a UNIFIL, se possível, ampliassem sua proteção e ajuda humanitária à população libanesa e refugiada palestina. Por três anos, a UNIFIL permaneceu com sua atuação circunscrita ao determinado pela Resolução 511 (ONU, 2016).

O anúncio pelo governo de Israel de retirada das IDF da zona de exclusão do Líbano, em 2000, foi seguido pela dissolução do SLA, e por preparações da ONU para a demarcação de uma linha (Blue Line), cujo propósito de estabelecimento foi unicamente facilitar a constatação e o controle da retirada completa das IDF do território libanês, seguindo os limites lindeiros do Líbano e internacionalmente reconhecidos. Segundo documentos das Nações Unidas, a Blue Line não representa nenhuma fronteira internacional e não oferece nenhuma limitação ou prejuízo a futuras negociações de limites fronteiriços entre Israel e Líbano (ONU, 2016). Conforme elucidada Kneissl (2009), uma parte essencial do mandato da ONU concerne ao aspecto territorial. Embora não seja considerada uma demarcação formal, a Blue Line provê documentação cartográfica precisa e segura. Esse é um ponto fundamental, na medida em que os governos de Israel e do Líbano a respeitam, embora com reservas, e entendem que o estabelecimento dessa linha demarcatória seja de responsabilidade exclusiva da ONU, tanto para o monitoramento quanto para o arbitramento de eventuais violações.

A UNIFIL entrou em nova fase com o seu mandato expandido¹¹, por meio da resolução 1701 (2006) do CSNU, após ataques empreendidos pelas IDF contra o Hisbolá, quando esta milícia capturou dois soldados israelenses. Segundo Mooney Jr. (2007, p.29-30), a retirada posterior das tropas do IDF conferiu ao Hisbolá ampla liberdade de manobra, possibilitando rearmar-se, treinar milícias locais e conduzir vigilância minuciosa das forças de oposição israelenses. Esse vazio de poder local regional, também o capacitou para estabelecer inúmeras posições de combate, depósitos de armas, pontos móveis de lançamento de foguetes, que

¹¹ Atualmente, a UNIFIL é composta de mais de 10.500 militares oriundos de 40 países que contribuem com equipamentos e tropas, apoiados por aproximadamente 820 funcionários civis internacionais e nacionais locais. A missão é também auxiliada por 56 observadores militares da Organização de Supervisão de Tréguas da ONU.

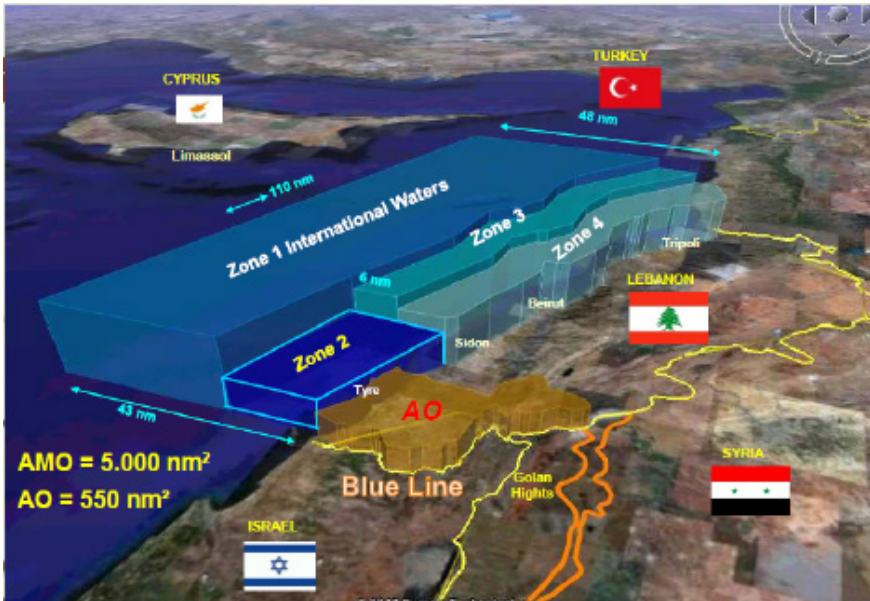
se mostraram eficientes durante o conflito em 2006.

As determinações da Resolução 1701, que suspenderam a hostilidade entre Israel e o Hisbolá, orientam o mandato expandido e a atual estrutura operativa da UNIFIL. Esta resolução tem como propósitos: 1) vigiar a cessação das hostilidades; 2) acompanhar e apoiar as Forças Armadas Libanesas (LAF) no seu emprego no sul do Líbano, o que a inclui a Blue Line, à medida que Israel retira suas tropas do território libanês; 3) coordenar as atividades para alcançar um cessar-fogo permanente e uma solução de longo-prazo entre os governos do Líbano e de Israel; 4) estender o auxílio para garantir ajuda humanitária às populações civis e o retorno seguro e voluntário de pessoas deslocadas; 5) apoiar as LAF no estabelecimento de uma área livre de pessoal armado, recursos ou armas, exceto aquelas já ocupadas pelas LAF e UNIFIL, a Blue Line e o Rio Litani; e 6) auxiliar o governo libanês na segurança das fronteiras e outros pontos de entrada, para prevenir a entrada ilegal de armas ou material relacionado ao contrabando.

Um subproduto dessa conjuntura de 2006, e de vital importância pelo que significa em termos de nível de conversação e entendimento entre representantes dos governos de Israel, do Líbano e da UNIFIL, é o “Fórum Tripartite”. Ao longo dos anos, este Fórum tornou-se um mecanismo fundamental para o gerenciamento de crises e conflitos, além de tratar de violações da Resolução 1701 e identificar questões operacionais militares e de segurança. São reuniões periódicas importantes de construção de confiança mútua.

A principal inovação da Resolução 1701 concernente a missões de paz foi a criação da Maritime Task Force (MTF), com efeito imediato na suspensão do bloqueio naval imposto por Israel, cuja missão é apoiar e treinar a marinha libanesa para o monitoramento de suas águas territoriais, protegendo a costa libanesa e prevenindo a entrada de armas não autorizadas ou material bélico relacionado no Líbano (figura 4). A MTF é particularmente importante para o Brasil por estar participando ativamente de uma Força de Paz da ONU no exterior, e para a Marinha do Brasil, pelo fato de a Força Tarefa estar sob o comando de um almirante brasileiro.

Figura 4 - Área de operação da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL



Fonte: Apresentação na Escola de Guerra Naval, 2017.

A COOPERAÇÃO BRASILEIRA NA UNIFIL

A Marinha do Brasil atua no comando da Força Tarefa Marítima da UNIFIL desde 2011, uma força inédita em Missões de Paz da ONU¹² A Força Tarefa executa duas missões principais: a primeira é a realização de operações de interdição marítima, monitorando as águas territoriais libanesas, provendo segurança à linha costeira do país e prevenindo a entrada não autorizada de armas e material relacionado pelo mar; a segunda é um objetivo de mais longo prazo, qual seja, o de auxiliar a Marinha libanesa no aprimoramento de suas capacidades por meio de treinamento e exercícios conjuntos, no intuito de que assuma adequadamente as tarefas

¹² Em relação à aceitação brasileira do comando da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL, Abdenur (2016) aponta três razões principais: o objetivo brasileiro de ter mais projeção no campo da segurança internacional, o reforço das suas relações bilaterais com o Líbano e a possibilidade de ampliar sua capacidade naval.

requeridas na segurança marítima¹³. Conforme elucida Makdis (2009, apud Franco, 2016, p. 428), um ponto importante para se ressaltar é que cabe à Marinha das LAF executar as inspeções a bordo dos navios e embarcações, possibilitando que a Força-Tarefa Marítima mantenha neutralidade e, conseqüentemente, alto grau de credibilidade, sendo respeitada pelos atores envolvidos.

Na opinião do Almirante de Esquadra Luiz Henrique Caroli, ex-comandante da FTM (2011-2012), a participação do Brasil em operações como a UNIFIL provê oportunidade singular no treinamento das tropas para o emprego em missões reais, ademais da possibilidade de estabelecer um intercâmbio com as forças armadas de outros países¹⁴. Abdenur (2016), ressalta outro aspecto de importância significativa que é o fato de que comandar uma missão de paz, neste caso um componente inédito de força naval da ONU, representa um nível substancialmente diferente de ganho de experiência para a Marinha do Brasil, quando se compara, por exemplo, com a experiência brasileira no comando da missão militar da ONU no Haiti. Ainda mais significativo é o fato de que o Brasil é o primeiro país não membro da OTAN a comandar uma força naval multinacional de manutenção da paz no Líbano.

Ao se fazer uma análise geral da atuação brasileira na UNIFIL, nota-se que a força naval da missão de paz não somente alinha-se com a estratégia marítima do país, mas também contribui efetivamente para projetar o país globalmente em missões de paz e para ampliar e consolidar sua imagem e seu desempenho como contribuidor para esforços humanitários (ABDENUR 2016, p. 409). O Almirante de Esquadra Fernando Eduardo Studart Wiemer, então Chefe do Estado-Maior da Armada (2012-2013), já afirmava essa ideia de que a Marinha do Brasil participa da Força Naval sob a égide de organizações internacionais de arranjo de defesa coletiva e de missões de paz e ajuda humanitária como parte de seus objetivos de ampliar suas relações e ações internacionais.¹⁵

¹³ UNIFIL Maritime Task Force. Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/unifil-maritime-task-force>

¹⁴ Informações obtidas em entrevista realizada na elaboração da monografia "O Papel do Brasil na UNIFIL", apresentada na Escola Superior de Guerra por Albert Zaki Hyar, em 2015.

¹⁵ Palavras proferidas na aula inaugural do curso de Altos Estudos Militares da Escola de Guerra Naval em 2013.

A EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA LIBANESA

A atuação e o futuro da UNIFIL dependem largamente da evolução das conjunturas interna do Líbano e externa da região. Nas últimas décadas, os grupos políticos libaneses foram incapazes de garantir a estabilidade política no país e eleger dirigentes que se mantivessem no poder regularmente, legando à política libanesa períodos de vacância presidencial, em grande parte, fruto do ímpar sistema confessional, de uma administração disfuncional, bem como da paralisia dos trabalhos do Parlamento libanês. Uma agenda política racional e consistente poderia dar lugar a decisões politicamente coerentes, e não somente baseadas em ideias do grupo religioso que a representa. Nesse sentido, atualmente, duas principais coalizões políticas e rivais se destacam: o “March 14 Alliance”, liderada pelo Sunni Future Movement Party, em sua maioria de partidos pró-ocidente, é nacionalista e contra o atual governo sírio; e o “March 8 Alliance”, liderado pelo grupo xiita Hisbolá¹⁶, anti-Israel e pró-regime de Bashar al-Assad, e pelo Amal Movement, ao qual o atual presidente cristão maronita, o General Michel Aoun, se filiou¹⁷ (CANVAS, 2015).

Resumidamente, a conjuntura libanesa recente tem evoluído da seguinte forma: o cristão maronita Michel Aoun venceu as eleições presidenciais em outubro de 2016, depois de dois anos sem que o Líbano tivesse um presidente. Nesse contexto, formou-se um governo de acordo nacional em dezembro de 2016, liderado pelo primeiro ministro Saad Hariri (sunita). Mas dinâmicas regionais (especialmente a crise síria) e diferenças subnacionais (religiosas e econômicas) trouxeram novos desafios políticos e a necessidade de estabelecer novas prioridades para o governo libanês. Tornava-se urgente uma profunda reforma eleitoral para as eleições parlamentares, visando refletir a composição religiosa populacional, a manutenção das instituições e a melhora dos serviços estatais (CANVAS, 2015). Os partidos políticos libaneses finalmente chegaram a consenso

¹⁶ O Hisbolá é uma organização multifacetada. É considerado, ao mesmo tempo, um movimento islâmico, um partido político (desde 2005) e um grupo de resistência armada e, até mesmo, uma organização terrorista. Independentemente de sua expressão, o Hisbolá tem uma forte influência na segurança do Estado libanês e na política regional, sendo apoiado pelo Irã.

¹⁷ Informações complementadas pelo artigo da Carta Capital “É real o risco de uma ampla guerra no Oriente Médio”, 07/11/2017. Em: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/e-real-o-risco-de-uma-ampla-guerra-no-orientes-medio>.

e aprovaram, em junho de 2017, uma nova lei eleitoral, que altera o estamento de 1960 e abre caminho para eleições legislativas em 2018. O novo sistema é baseado na representação proporcional, porém acolhe a oposição de tradicionais grupos sectários que resistem as mudanças no sistema político confessional.

Em novembro deste ano, o então primeiro ministro Saad Hariri de forma surpreendente, inclusive para os seus seguidores, em discurso televisivo, renunciou ao cargo em Riad - Arábia Saudita, alegando com o discurso trágico-político que está marcado para ser assassinado por seus opositores xiitas, assim como seu pai, Hafiq Hariri em 2005. É possível que o reino saudita tenha pressionado Saad Hariri a esta surpreendente renúncia, pois sua posição política dava “credibilidade sunita à crescente influência Irá-Hisbolá”. Hariri acusou ainda o Irã e o seu “sócio libanês-hisbolá” de interferência em assuntos árabes e de jogar o seu país em uma grande incerteza. Politicamente, o controle está com o Irã, por meio do presidente cristão maronita Michael Aoun e do partido político xiita no Líbano, o Hisbolá. A renúncia de Hariri pode potencialmente lançar o Estado libanês em nova fase de instabilidade. Segundo Lima (2017), os acontecimentos atuais no Oriente Médio são orientados pela lógica da rivalidade entre Irã e Arábia Saudita, cujo embate geopolítico e econômico apresenta contornos crescentemente sectários, intensificando o conflito entre sunitas e xiitas, com reflexos internos para o Estado libanês. O Líbano, uma vez mais, reforça seu papel de “battleground for proxy wars”.

Outro aspecto determinante para a evolução do cenário político e de segurança do Líbano é que os Estados Unidos, a Arábia Saudita e Israel consideram, de formas diferentes, a ampliação da influência do Irã persa como mais uma ameaça à segurança de seus interesses na região Síria-Líbano. Assim, há uma identidade de interesses comuns que se traduz em uma união velada, mas forte, contra o Irã e seus parceiros, sendo o principal deles o grupo xiita Hisbolá. Mais do que um simples apoio político, o Hisbolá guarda fidelidade religiosa ao líder do regime iraniano, atualmente o aiatolá Ali Khamenei. Tal cenário lança ainda mais incertezas sobre a possibilidade de estabilidade do Estado libanês (LIMA, 2017). Em pronunciamentos recentes, os governos frances e norte americano divulgaram mensagens de apoio à “soberania, independência e ao processo constitucional do Líbano”, em uma clara reafirmação de interesse na região.

A UNIFIL, em diagnóstico recente, avalia a área de operações sob

sua responsabilidade como “quieta” e “relativamente estável”. No entanto, admite a “condição sensível de fragilidade”. Esse ambiente de relativa ausência de confronto é atribuído ao recente equilíbrio de poder político; à cessação das hostilidades e ao respeito que se tem devotado à Blue Line; à vigilância do governo do Líbano e de suas Forças Armadas desde o sudeste do território libanês até a Blue Line, exceto na região do nordeste de Ghajar, sob ocupação israelense; além da ausência de evidências do tráfico de armas na área de operação. Por outro lado, esta conjuntura positiva apresenta como fragilidade as pequenas, mas constantes, violações da cessação das hostilidades, as mais recentes promovidas pelo Hisbolá em 2015 e 2016; do potencial conflito suscitado por declarações beligerantes das IDF e do Hisbolá; da insuficiente presença física de tropas das LAF; da sensível situação da área de Golan e das Shab’a Farms no sudeste da área de atuação da UNIFIL; e das prolongadas violações da Resolução 1701 (Ghajar e espaço aéreo).

A presença e a ação de grupos não estatais de vertente extremista adicionam substancial complexidade à tarefa de assegurar as frágeis fronteiras libanesas e à estabilidade política do país. Segundo análises de Humud (2017), desde 2014, as LAF têm intensificado suas operações ao longo da fronteira norte-nordeste na tentativa de desalojar grupos militantes, sobretudo os grupos ligados ao denominado Estado Islâmico (EI) e ao Ha’ia Tahrir al Sham (HTS), ligado à Al Qaeda, que têm promovido atos terroristas dentro do território libanês. O próprio Hisbolá atua para limitar a entrada e a infiltração de membros do EI e do HTS no Líbano, na medida em que consideram estes grupos uma ameaça à comunidade xiita do país. Importante citar que essas ações das LAF e do Hisbolá contra inimigos comuns ocorrem em paralelo e de forma não coordenada. Tampouco se deve entendê-las como uma conjuntura que favorece a diminuição da fricção entre esses dois atores. Um recente relatório do US State Department’s 2016 Country Reports on Terrorism, publicado em julho de 2017, revela que o Líbano permanece como um refúgio seguro a determinados grupos terroristas.¹⁸

¹⁸ *“Lebanon remained a safe haven for certain terrorist groups. The Lebanese government did not take significant action to disarm Hizballah or eliminate its safe havens on Lebanese territory, nor did it seek to limit Hizballah’s travel to and from Syria to fight in support of the Assad regime or to and from Iraq. The Lebanese government did not have complete control of all regions of the country, or fully control its borders with Syria and Israel. Hizballah controlled access to parts of the country and had influence over some elements within Lebanon’s security services, which allowed it to operate with relative impunity”*. State Department, Country Reports on Terrorism 2016, Chapter 5: Terrorist Safe Havens.

Quanto à situação econômica, o conselho libanês do trabalho e investimentos espera mais recursos sauditas, caso o ex-primeiro ministro Hariri retome a sua posição de líder conforme planejamento de antes da renúncia, ou mesmo provenientes do Irã, caso o partido do Hisbolá se estabeleça no poder. O orçamento governamental deve estimular novamente o ambiente econômico, atualmente estagnado, e atrair investimento externo direto, mormente no maior e mais importante setor da economia libanesa, o de serviços, que compõe cerca de 69% do PIB. O que adensa a estagnação econômica, em especial o desemprego, é a forte presença de imigrantes e refugiados em subempregos e no mercado informal (20%) dos trabalhadores. A alta dependência de importação de alimentos e a produtividade econômica são essencialmente influenciadas por eventos regionais e internacionais (CANVAS, 2015). A conjuntura econômica deve ser avaliada, também, pelas repercussões que tem sobre o sistema político confessional, pois, como nota Humud (2017, p.21).

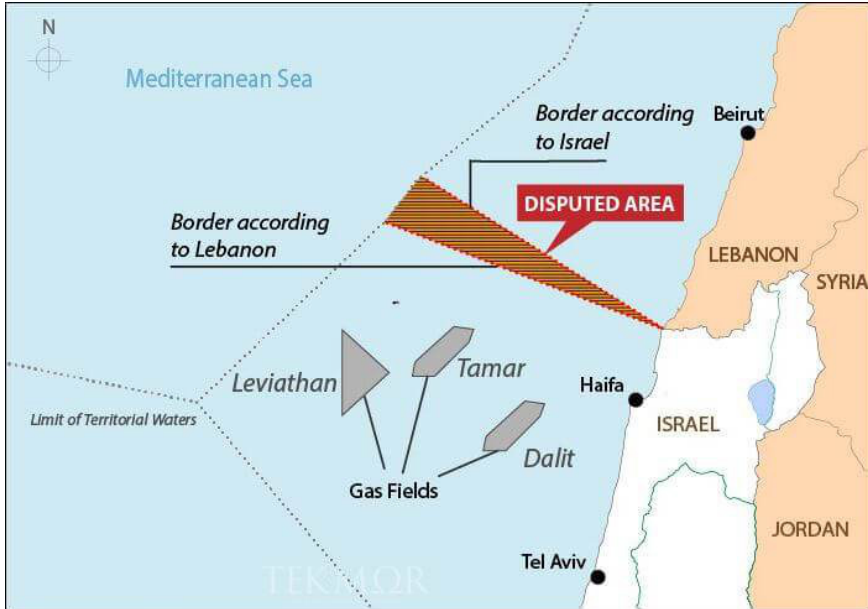
“O Governo libanês tem sido incapaz de prover, de forma consistente, serviços básicos como eletricidade, água, e tratamento de lixo (...). Consequentemente, os cidadãos recorrem à fornecedores privados, muitos dos quais têm vínculos com partidos políticos. O afastamento do Estado dessas funções básicas tem permitido o surgimento de uma rede clientelística pela qual os cidadãos apoiam partidos políticos, incluindo o Hisbolá, em troca de serviços básicos”¹⁹

Cabe ressaltar a atuação da Força Tarefa Marítima da UNIFIL, que tem contribuído consistentemente para o aumento do comércio marítimo e para proporcionar acesso à zona econômica exclusiva, sobretudo no intento de garantir ao Líbano a possibilidade de acesso às reservas petrolíferas e gasíferas em áreas marítimas em disputa com Israel. Esse cenário geopolítico tem refletido para a soberania libanesa nas disputas entre Israel e Líbano sobre a demarcação de seus limites marítimos e no mar territorial (figura 5). No esforço de angariar apoio ao seu pleito, as

¹⁹ “The Lebanese government is unable to consistently provide basic services such as electricity, water, and waste treatment(...)As a result, citizens rely on private providers, many of whom are affiliated with political parties. The retreat of the state from these basic functions has enabled a patronage network whereby citizens support political parties – including Hezbollah – in return for basic services”.

autoridades libanesas solicitaram a ONU, em 2011, o estabelecimento de uma “blue line marítima”, o que foi prontamente rejeitado pela UNIFIL por não fazer parte do seu mandato (HUMUD, 2017).

Figura 5 – Área marítima disputada entre Líbano e Israel



Fonte: http://tekmormonitor.blogspot.com.br/2017_03_19_archive.html

Muitos dos desafios históricos permanecem sem solução, sobretudo a questão mais sensível para a estabilidade política – o fim do sistema confessional -, e não se consegue divisar em horizonte de tempo claro uma solução definitiva. A conjuntura político-econômica do Líbano tem gerado alto nível de frustração e insatisfação na população, o que torna as possibilidades de solução dos problemas remotas.

CENARIZAÇÃO

Ao analisar o atual contexto regional, são delineados um conjunto de 4 cenários com certo potencial para afetar a UNIFIL:

Cenário 1: a retomada das hostilidades entre Israel e Hisbolá em

larga escala, seja ao longo da Blue Line ou em Golan. Da perspectiva da UNIFIL, este não é o cenário mais provável a curto prazo, mas é aquele para o qual se preparam;

Cenário 2: o impacto da situação na Síria poderá aumentar as atividades de fronteira, em especial o terrorismo e a crise de refugiados, na medida em que grupos antigoverno libanês (salafistas e jihadistas) podem infiltrar-se pela fronteira. Este cenário tem baixa probabilidade de ocorrer, contudo a questão do terrorismo local é a situação mais provável;

Cenário 3: com alta probabilidade de ocorrência, especialmente pelas pressões político-religiosas do Irã e da Arábia Saudita, o colapso da ordem interna e o conseqüente retorno da guerra civil no Líbano; ou

Cenário 4: uma combinação dos cenários anteriores, em uma seqüência tão rápida que a guerra civil se restabelecerá e a missão da UNIFIL estará ameaçada.

À parte desses possíveis cenários, são explicitados os pressupostos que condicionam o cenário a se enfrentar em breve: os governos do Irã, da Arábia Saudita, de Israel, do Líbano e da Síria, bem como o Hisbolá, provavelmente não estão buscando um confronto na área da Blue Line; o conflito na Síria continuará a impactar as condições de segurança nas fronteiras do Líbano, na medida em que não há perspectivas de solução para a crise síria no curto prazo; tanto as LAF, quanto as Forças de Segurança Interna (ISF), seguem recebendo apoio internacional para combater elementos armados antigovernistas; as LAF não atuarão para além das fronteiras libanesas contra elementos armados antigovernistas; e, por derradeiro, não se prevê nenhuma mudança substancial na estrutura ou na força da UNIFIL, assunto amplamente divulgado no último ano.

Em janeiro de 2017, seguindo determinações da Resolução 2305 (2016) do Conselho de Segurança da ONU, a UNIFIL passou por uma revisão estratégica, no intuito de avaliar o cumprimento do mandato da Missão, o que não incluiu mudanças no próprio mandato nem alteração na composição máxima dos efetivos de 15.000 militares. A revisão estratégica identificou três prioridades para a implementação do mandato da UNIFIL, incluindo uma especificamente para a Força Tarefa Marítima²⁰.

“(ii) Support the efforts of the Government of Lebanon to increase the capacity of the Lebanese Armed Forces and its presence in southern Lebanon

²⁰ Letter dated 8 March 2017 from the Secretary-General addressed to the President of the Security Council,” March 9, 2017, S/2017/202.

and the territorial waters of Lebanon at an accelerated pace, particularly in relation to prioritized land and maritime capabilities, through the strategic dialogue between the Lebanese Armed Forces and UNIFIL and through the advocacy work of the International Support Group for Lebanon, as appropriate, not only as a prerequisite for the gradual assumption of effective and sustainable security control of the UNIFIL area of operations and Lebanese territorial waters, but also as a key element to supporting steps towards a permanent ceasefire”.

Esse aspecto, em particular, é do mais alto interesse para a continuidade da participação brasileira na Força Tarefa Marítima da UNIFIL, sobretudo nessa nova fase da Missão.

PERSPECTIVAS

Divisar qualquer futuro (previsível) para o Líbano, e por consequência para a UNIFIL, é tarefa que deve se tomar com cautela. A nova lei eleitoral, embora possa ser considerada um êxito histórico e gere certo otimismo na população, coloca à prova o sistema de poder político confessional e não assegura a estabilidade política do país, tampouco fornece bases sólidas à formação de uma unidade nacional estável.

Alterações na conjuntura regional poderão definir os novos rumos da política libanesa. A indefinição da crise dos refugiados sírios é o ponto mais sensível das relações exteriores libanesas, na medida em que o elevado fluxo de refugiados exerce enorme pressão sobre a capacidade já exaurida do Estado libanês de prover serviços básicos à população. Ainda mais grave é que o futuro do Líbano está atrelado às acirradas disputas entre os países muçulmanos Arábia Saudita (sunita) e Irã (xiita). É muito provável que a situação política provocada pelo ex-Primeiro-Ministro Saad Hariri traga mais instabilidade ao país, na medida em que a Arábia Saudita e Irã intervirão nos assuntos internos do país.

Em termos econômicos, o acordo político costurado e coroado na lei eleitoral e a perspectiva de exploração das descobertas de depósitos hidrocarbonetos sugerem uma lenta retomada das atividades econômicas no

país, sempre na dependência da estabilidade política. O consenso congressual pode abrir espaço para discussões sobre o orçamento para os próximos anos e a expectativa é de que a exploração dos hidrocarbonetos estimule o investimento externo direto no setor produtivo e de serviços da economia libanesa.

Há fatores críticos que impactarão substancialmente a continuidade do mandato da UNIFIL, caso não sejam observados. Espera-se que as partes mantenham os compromissos com as determinações da Resolução 1701, que como se sabe, tem sofrido constantes violações. A segurança interna depende largamente da ampliação das capacidades operacionais das LAF, que em grande parte está a cargo da UNIFIL. Decorrência direta desse processo de fortalecimento das LAF é a necessidade de assegurar a credibilidade desta instituição diante dos atores envolvidos na vida política do Líbano. Ainda no campo da segurança, é imperativo que as LAF se oponham efetivamente aos grupos militantes para-militares e sobretudo busque o desarmamento do Hisbolá, deixando-o somente como um partido político.

Dos cenários apontados, a incidência de atividades terroristas na fronteira com a Síria, principalmente em razão da infiltração de elementos hostis ao governo libanês na esteira da crise dos refugiados sírios, tem alta probabilidade de ocorrência em médio prazo, mas o incremento das hostilidades Israel-Hisbolá é de elevado grau de ocorrência. Assim, esse conjunto de desafios de complexa abordagem, compõe o quadro de incertezas que dita a vida do Líbano, a continuidade da UNIFIL e de possíveis mudanças no mandato da Missão.

Quanto às perspectivas de atuação do Brasil na MTF, não estão previstas alterações a curto prazo, embora a recente revisão estratégica da ONU para o Líbano tenha feito alusão específica às tarefas da Força Tarefa Marítima.

POLITICAL PERSPECTIVES FOR LEBANON: THE CONJUNCTURE OF THE MIDDLE EAST'S CRISIS

ABSTRACT

The Republic of Lebanon holds a multireligious, ethnical and cultural feature. It is known for being politically unstable and being the battleground for different peoples. This article aims to present the conjunctural and historic evolution of Lebanon and to demonstrate the importance of confessionalism as a catalyser of Lebanon's society, its implications for the unique political-power system, the poor social cohesion, the challenges confronting UNIFIL and to present a perspective for the near future in view of the recent reformulation of the electoral law and the constant possibility of a generalised conflict in the Middle East.

Key Words: Lebanon; Confessionalism; Middle East; UNIFIL.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal. Rising powers in stormy seas: Brazil and the UNIFIL maritime task force. *International Peacekeeping* Vol. 23, Issue. 3, 2016.

ALMEIDA, Claudio Henrique Mello de. "Operação de Paz-UNIFIL-MTF". Palestra ministrada aos oficiais-alunos do Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores da Escola de Guerra Naval, 22 de novembro de 2017.

CANVAS (Centre for Applied Nonviolent Action and Strategies). Analysis of the current situation in Lebanon: situation, pillars of support and possible outcome. September, 2015. Disponível em: <http://canvasopedia.org/wp-content/uploads/2015/12/lebanon-analysis.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017

CJPME (Canadians for Justice and Peace in the Middle East). Understanding Lebanese Confessionalism. Factsheet Series no. 26. May 2007. Disponível em: http://www.cjpme.org/fs_026. Acesso em: 10 out. 2017

FRANCO, Luiz Gustavo Aversa. Peacekeeping at Sea? A Case Study of the Maritime Task Force in Lebanon. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 22 n.2, p. 411-440, mai./ago. 2016.

HARB, Imad. Lebanon's Confessionalism: problems and prospects. Thursday, March 30, 2006. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2006/03/lebanons-confessionalism-problems-and-prospects>. Acesso em: 03 nov. 2017

HARRIS, William. *Lebanon: A History, 600-2011*. Oxford University Press, 2012.

HIRST, David. *Beware of small states: Lebanon, battleground of the Middle East*. New York: Nation Books, 2010.

HYAR, Albert Zaki. O Papel do Brasil na UNIFIL. Monografia apresentada à Escola Superior de Guerra em 2015.

HUMMUD, Carla E. Lebanon Congressional Research Service, September 20, 2017. R44759. Disponível em: www.crs.gov. Acesso em: 04 out. 2017

KHATIB, Lina; GARDINER, Maxwell. Lebanon. Centre on Religion and Geopolitics, April 17 2015.

KNEISSL, Karin. UNIFIL: How and until when will the “interim” continue? Friedrich Ebert Stiftung, 2009.

LIMA, José Antonio. É real o risco de uma ampla guerra no Oriente Médio. Carta Capital, Internacional, 07/11/2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/e-real-o-risco-de-uma-ampla-guerra-no-oriente-medio>. Acesso em: 10 nov. 2017

Letter dated 8 March 2017 from the Secretary-General addressed to the President of the Security Council,” March 9, 2017, S/2017/202. Disponível em: http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_2017_202.pdf. Acesso em: 17 set. 2017.

MOONEY JR., William K. Stabilizing Lebanon: peacekeeping or nation-building. *Parameters*, 3 (Autumn 2007).

New York Times. www.mobil.nytimes.com/2017/11/04/world, Acesso em: 24 nov. 2017.

TRABOULSI, Fawwaz. A history of modern Lebanon. London: Pluto Press, 2007.

UNITED NATIONS. UNIFIL Press Kit. Disponível em: <http://unifil.unmissions.org>

UNIFIL Maritime Task Force. Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/unifil-maritime-task-force>.

UNSC Resolution 1701. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/1701>

UNSC Resolution 425. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/425>

UNSC Resolution 426. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/426>

US State Department. Country Reports on Terrorism 2016, Chapter 5: Terrorist Safe Havens. Disponível em: <https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2016/272237.htm>. Acesso em: 10 out. 2017

WIEMER, Fernando Eduardo Studart. Aula inaugural dos cursos de Altos Estudos Militares da Escola de Guerra Naval no ano de 2013: a concepção político-estratégica e a atuação internacional da Marinha do Brasil. Revista da Escola de Guerra Naval, v. 18, n.2, p. 189-206, 2012.

Recebido em: 12/09/2017

Aceito em: 27/12/2017